



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento, abertura de processo de despesa por meio de dispensa de licitação, visando à aquisição de materiais de Epis para dos servidores do setor de serviços de limpeza urbana, desta secretaria, no tocante a auxilia-los no desenvolvimento de suas atividades cotidianas, Tais como: limpeza em vias públicas. Sendo, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos. Conforme especificações e detalhamentos a seguir.

1. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição de materiais é justificada pela necessidade de garantir a segurança, eficiência operacional, conformidade legal, e a redução de custos a longo prazo. Dessa forma, a manutenção deve ser vista como um investimento estratégico para a sustentabilidade e continuidade dos serviços públicos a serem prestados.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Para a presente aquisição, deverão ser consideradas as seguintes informações orçamentárias:

ORGANOGRAMA	FONTE	DETALHAMENTO DA FONTE
1373	100	100000

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

4.1. A especificação dos produtos a serem adquiridos são:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
	640564	BOTINA DE SEGURANÇA: Bota linha Vulcaflex (10VB48-BP) ---C.A 43377 Cod. 700302Bota ocupacional Vulcaflex em couro relax preto, indicada para produção, serviços gerais e prestadores. Possui elástico lateral, dorso acolchoado, abas para calce, biqueira de plástico, palmilha em EVA, solado PU com absorção de impacto e conforto IBTeC. CA 43377. Numeração:37	PAR	05	79,90	399,50
	640564	BOTINA DE SEGURANÇA: Bota linha Vulcaflex (10VB48-BP) ---C.A 43377 Cod. 700302Bota ocupacional Vulcaflex em couro relax preto, indicada para produção, serviços gerais e prestadores. Possui elástico lateral, dorso acolchoado, abas para calce, biqueira de plástico, palmilha em EVA, solado PU com absorção de impacto e conforto IBTeC. CA 43377. Numeração:38	PAR	08	79,90	639,20



640564	BOTINA DE SEGURANÇA: Bota linha Vulcaflex (10VB48-BP) ---C.A 43377 Cod. 700302Bota ocupacional Vulcaflex em couro relax preto, indicada para produção, serviços gerais e prestadores. Possui elástico lateral, dorso acolchoado, abas para calce, biqueira de plástico, palmilha em EVA, solado PU com absorção de impacto e conforto IBTeC. CA 43377. Numeração:39	PAR	08	79,90	799,00
640564	BOTINA DE SEGURANÇA: Bota linha Vulcaflex (10VB48-BP) ---C.A 43377 Cod. 700302Bota ocupacional Vulcaflex em couro relax preto, indicada para produção, serviços gerais e prestadores. Possui elástico lateral, dorso acolchoado, abas para calce, biqueira de plástico, palmilha em EVA, solado PU com absorção de impacto e conforto IBTeC. CA 43377. Numeração:40		10	79,90	719,10
640564	BOTINA DE SEGURANÇA: Bota linha Vulcaflex (10VB48-BP) ---C.A 43377 Cod. 700302Bota ocupacional Vulcaflex em couro relax preto, indicada para produção, serviços gerais e prestadores. Possui elástico lateral, dorso acolchoado, abas para calce, biqueira de plástico, palmilha em EVA, solado PU com absorção de impacto e conforto IBTeC. CA 43377. Numeração:41	PAR	09	79,90	159,80
640564	BOTINA DE SEGURANÇA: BOTINA DE SEGURANÇA: Bota linha Vulcaflex (10VB48-BP) ---C.A 43377 Cod. 700302Bota ocupacional Vulcaflex em couro relax preto, indicada para produção, serviços gerais e prestadores. Possui elástico lateral, dorso acolchoado, abas para calce, biqueira de plástico, palmilha em EVA, solado PU com absorção de impacto e conforto IBTeC. CA 43377. Numeração:42	PAR	02	24,90	996,00
635812	Luva de Proteção Anticorte FlexCut PU –Luva de proteção anticorte confeccionada em polietileno de alta densidade (HPPE), proporcionando excelente resistência mecânica e conforto durante o uso. Possui revestimento em poliuretano (PU) na palma e nos dedos, oferecendo maior aderência, sensibilidade tátil e segurança nas atividades de manuseio.Conta com punho em elástico, garantindo melhor ajuste às mãos e firmeza durante a utilização. Indicada para trabalhos com riscos de cortes provocados por lâminas, chapas metálicas, vidros e materiais perfurocortantes em geral.Especificações Técnicas:Modelo: FlexCut PUMarca: Danny ou similarMaterial: Polietileno de alta densidade (HPPE)Revestimento:Poliuretano (PU) na palma e dedosPunho:	PAR	40	4,29	128,70



		ElásticoProteção: Alta resistência contra cortes.Aplicação: Manuseio de peças metálicas, chaparias, vidros e materiais cortantes.Possui o CA 33997.Tamanho: G. (Danny ou similar)				
	357957	Luva de Algodão Pigmentada: Luva de segurança tricotada em fios de algodão e poliéster preto, palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de PVC; Punho com elástico, com acabamento overloque. Tamanho Único (Volk ou similar).	PAR	30	79,90	639,20

5. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

5.1. O valor total estimado do presente fornecimento é de R\$ 4.480,50 (QUATRO MIL, QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), cujo valor foi apurado pelo valor médio alinhado em pesquisa de mercado.

5.2. Deverá ser realizada pesquisa de preços para fins de verificar se os valores propostos estão de acordo com o praticado no mercado.

5.3. No valor a ser pago deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

6.1. A modalidade licitatória adotada para a seleção do fornecedor será por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento de menor preço, haja vista os padrões de desempenho e qualidade serem objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, sendo comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

6.1.1. A contratação direta por dispensa de licitação permite uma maior celeridade na aquisição de bens e serviços, atendendo a demandas urgentes e evitando a morosidade do processo licitatório, que pode comprometer a continuidade dos serviços públicos.

6.2. A aquisição se fundamenta nos pressupostos do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.2.1. Conforme o Decreto nº. 12.343, de 30 de dezembro de 2024, ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.



Art. 75, caput, inciso II - R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

7. DA JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A não elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a presente aquisição, considerando a nova Lei de Licitações e Contratos, inicialmente, se baseia nas disposições do inciso I, art. 72 da lei n. 14.133 que trata da formalização dos processos de contratação direta elucidando que tais contratações devem ser formalizadas pelo **“documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos**, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo” (grifo nosso).

Considerando ainda, que em âmbito municipal, a obrigação de elaborar estudo Técnico Preliminar aplica-se a aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive locação e contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação, sendo opcional nos seguintes casos, conforme art. 13, Decreto Municipal nº. 1.653 de 07 de abril de 2022:

I – Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma da contratação;

II – Dispensa de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

III – contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7 do art. 90 da 14.133, de 1º de abril de 2021;

IV – Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

Neste sentido a Administração pode substituir o Estudo Técnico Preliminar (ETP) por outro documento simplificado quando a contratação for de baixa complexidade. Esse documento substitutivo deve conter as informações mínimas necessárias para garantir a execução adequada da despesa, conforme o presente caso.

8. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO PRODUTO

8.1. A entrega dos produtos será integral e imediata, com prazo máximo de até 30 (TRINTA) dias, contados após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.2. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original da fábrica, acompanhada de Nota Fiscal/Fatura, de segunda a sexta das 07:00 as 11:00h e das 13:00 as 17:00h, nas dependências da Secretaria Municipal de Infraestrutura, situada na Rua 49, nº 457, Bairro Santa Teresa - Goianésia – Go, não admitindo a entrega dos itens em outro local.



11.1.3. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, e para aprendiz.

11.1.4. Efetuar a entrega dos produtos, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do contrato e do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, procedência e prazo de garantia;

11.1.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

11.1.6. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto/material/ com avarias ou defeitos;

11.2. Obrigações da Contratante:

11.2.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido.

11.2.2. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer produto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

11.2.3. Autorizar o fornecimento dos itens e emitir os documentos específicos para tal.

11.2.4. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021.

11.2.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12. DA SUBSTITUIÇÃO DO CONTRATO POR NOTA DE EMPENHO

12.1. Tendo em vista o caráter econômico do fornecimento, ou seja, contratos com valores inferiores aos limites admitidos para a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor (art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133/2021); e ainda a simplicidade das obrigações da presente aquisição e a ausência de risco, o que ocorre nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, optasse pela substituição do instrumento de contrato por nota de empenho, nos termos do art. 95, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

13. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO EXIGIDA

13.1. Será selecionado o fornecedor proponente da melhor oferta, desde que apresente a seguinte documentação e na seguinte forma:



13.1.1. DOCUMENTOS PESSOAS JURÍDICAS:

13.1.1.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com suas alterações supervenientes em vigor ou última alteração consolidada e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Comprovante de número de conta bancária

13.1.1.2. A documentação (do representante) exigida das pessoas físicas.

- a) Cédula de Identidade dos sócios;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Individual de Contribuinte (CIC ou CPF) do Ministério da Fazenda dos sócios;
- a) Informações para contato: email e telefone.

13.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
- d) Certidão de Regularidade Fiscal perante a Secretaria da Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda do Município, relativa à sede ou domicílio da empresa;

13.1.3. DOCUMENTOS PESSOAS FÍSICAS:

13.1.3.1. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

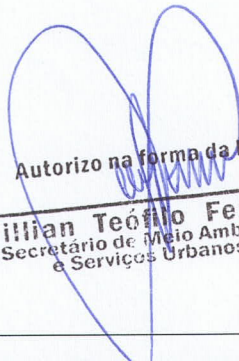
- a) CPF – Cadastro de Pessoas Físicas no Ministério da Fazenda;
- b) CI – Carteira de Identidade/Registro Geral junto a órgão oficial de identificação;
- c) Comprovante de Endereço Atualizado;
- d) Número do PIS/PASEP.
- e) Comprovante de número de conta bancária
- f) Informações para contato: e-mail e telefone.



13.1.3.2. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Certidão Negativa junto a Receita Federal;
- b) Certidão Negativa junto a Receita Estadual;
- c) Certidão Negativa do Município de Origem;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- e) Certidão de Quitação Eleitoral.
- f) Certificado de Reservista (para homens até 45 anos).

Autorizo na forma da Lei


Willian Teófilo Ferreira
Secretário de Meio Ambiente
e Serviços Urbanos

WILLIAN TEÓFILO FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

